
ESTADO DO PARANÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
DECRETO N.º 062/2021 - DISPÕE SOBRE A REGULAMENTAÇÃO DOS
ARTIGOS 30 AO 34 DA LEI MUNICIPAL N.º 604/2017

DECRETO N.º 062 /2021
DATA: 23 de abril de 2021.

SÚMULA: Dispõe sobre a regulamentação dos artigos 30 ao 34 da Lei Municipal N.º 604/2017 de 09/11/2017. Que Dispõe sobre o Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DAS PALMEIRAS,
Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais e com objetivo de regulamentar os artigos 30 ao 34 da Lei Municipal N.º 604/2017 de 09/11/2017.

DECRETA

CAPITULO I

Da Criação e Natureza do Fundo

Art. 1º. Este decreto visa regulamentar os artigos 30,31,32,33,34 da Lei Municipal N.º 604/2017 de 09/11/2017 , que trata do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de São José das Palmeiras – FMDI.

Art. 2º. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso é instrumento de captação, repasse e aplicação de recursos destinados a proporcionar suporte financeiro na implantação, na manutenção e no desenvolvimento de programas e ações dirigidos aos idosos do Município de São José das Palmeiras.

CAPITULO II

Operacionalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- FMDPI

Art. 3º. O Fundo Municipal dos Direitos do Idoso está vinculado diretamente ao Secretário Municipal da Assistência Social, com orientação técnica contábil de um coordenador por ele indicado dentro do quadro de servidores do Município.

Art. 4º. Constituem fontes de recursos do Fundo Municipal dos Direitos do Idoso:

As transferências do Município;

As transferências da União, do Estado, de seus órgãos e suas respectivas autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista;

As receitas de doações, legados, contribuições em dinheiro, valores, bens móveis e imóveis que venham a receber de pessoas físicas ou jurídicas ou de organismos públicos ou privados, nacionais ou internacionais.

Contribuições de convênios firmados com entidades filantrópicas;

O resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

O produto de vendas de materiais, publicações e eventos;

Doações de contribuições do imposto de renda ou outros incentivos fiscais;

As demais receitas destinadas ao Fundo Municipal dos Direitos do Idoso.

§ 1º. Os recursos que compõem o Fundo serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sob a denominação “Fundo Municipal dos Direitos do Idoso”, e sua destinação será deliberada por meio de projetos, programas e atividades aprovadas pelo Conselho Municipal dos Direitos do Idoso.

§ 2º. A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá:

I - Da existência de disponibilidade em função do cumprimento de programação;

II - De prévia aprovação do Conselho Municipal dos Direitos do Idoso, conforme estipula a Lei Municipal Nº 594/2017.

Art. 5º- A gestão deliberativa do FMDPI será exercida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa - CMDPI e a gestão executiva pela Secretaria Municipal de Assistência Social.

Art. 6º- O FMDPI terá um CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica e de conta bancária específica para gestão exclusiva dos recursos do Fundo, mantida em instituição financeira oficial.

§ 1º. O Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI deverá constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§ 2º. Deverão ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária do Município.

Art. 7º- O gestor do Fundo dos Direitos da Pessoa Idosa- FMDPI será o Secretário Municipal de Assistência Social.

Paragrafo Único: O Executivo Municipal designará os servidores públicos, lotados na Secretaria de Assistência Social que atuarão como ordenadores de despesas do FMDPI, autoridade cujos atos resultará na emissão de empenhos, autorização de pagamentos, suprimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

CAPITULO III

Das atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI

Art. 8º Compete ao CMDPI em relação ao FMDPI, sem prejuízo das demais atribuições:

Participar e contribuir na elaboração do Plano Plurianual –PPA Lei de Diretrizes Orcamentarias- LDO e Lei Orgânica do Município – LOA do Município;

Acompanhar e avaliar a aplicação dos recursos do FMDPI, através de relatórios trimestrais e anuais do fundo, sem prejuízo de outras formas garantindo a devida publicação dessas informações.

Monitorar e fiscalizar programas, projetos e ações financiados com recursos do FMDPI, seguindo critérios definidos pelo Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI, bem como solicitar aos responsáveis a qualquer tempo as informações necessárias ao acompanhamento e a avaliação das atividades financiadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- FMDPI;

Desenvolver atividades voltadas à captação de recursos para o FMDPI com o apoio do Executivo Municipal.

CAPITULO IV

Das atribuições do Gestor Municipal do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- FMDPI

Art. 9º O Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- FMDPI será nomeado pelo Poder Executivo Municipal, conforme art 7º deste decreto, sendo responsável pelas seguintes atribuições:

Acompanhar o ingresso de receita e o pagamento de despesas do FMDPI;

Manter o controle necessário à execução orçamentaria do FMDPI, referentes à empenhos, liquidação e pagamento das despesas e recebimento de receitas do Fundo;

Arquivar pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização;

IV - Prestar assistência e esclarecimentos sobre os relatórios e ações contábeis, sempre que solicitado pelos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa.

CAPITULO V

Controle e Fiscalização do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- FMDPI

Art. 10º Os recursos oriundos do Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- FMDPI utilizados para o financiamento total ou parcial dos planos de trabalho e aplicação desenvolvidos por unidades governamentais ou entidades não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e de controle social, sendo o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – CMDPI bem como, ao controle externo do Poder Legislativo, Ministério Público e Tribunal de Contas.

Art. 11º O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa- CMDPI diante de indícios de irregularidades ou improbabilidades em relação ao Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa – FMDPI ou suas dotações dos quais tenha ciência deve representar junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 12º Nas matérias de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do FMDPI deve ser obrigatório a referência ao CMDPI e ao FMDPI como fonte pública de financiamento.

CAPITULO VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 13º. Os recursos do FMDPI devem ser geridos em conformidade com a legislação que regula a execução dos orçamentos públicos.

Art. 14. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São José das Palmeiras, 23 de abril de 2021.

NELTON BRUM
Prefeito Mun

Publicado por:
Aparecida Conceição Santana Ribeiro
Código Identificador:B8EA8AA6

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 26/04/2021. Edição 2249
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<http://www.diariomunicipal.com.br/amp/>